

Enerbras Centrais Eléctricas S.A. e Controlada

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Enerbras Centrais Elétricas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enerbras Centrais Elétricas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Enerbras Centrais Elétricas S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Conforme descrito na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F"-BA

José Luiz Santos Vaz Sampaio
José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC - BA 015.640/O-3

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.082	708	32	31	10	3.108	2.251	273	4
Aplicações financeiras	4	-	7.012	-	340	11	6.470	6.103	-	-
Contas a receber de clientes	5	4.161	2.814	-	-	-	488	1.068	68	3
Impostos a recuperar		156	439	99	94	12	25.293	20.668	-	-
Despesas antecipadas		243	43	-	-	15,2	620	1.988	620	1.988
Dividendos a receber	8.1	-	-	5.868	6.053	13	1.014	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		143	148	-	-	-	193	-	-	-
Total do ativo circulante		<u>11.785</u>	<u>11.164</u>	<u>5.999</u>	<u>6.518</u>		<u>37.186</u>	<u>32.078</u>	<u>961</u>	<u>1.995</u>
NÃO CIRCULANTE										
Partes relacionadas	14	34.827	32.833	-	-	11	77.994	84.659	-	-
Cauções e depósitos vinculados	6	16.608	14.614	-	-	-	77.994	84.659	-	-
Impostos diferidos	7	1.753	1.673	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos		25	25	-	-	15	-	-	-	-
Investimento	8	-	-	105.886	105.686	-	101.955	101.955	101.955	101.955
Imobilizado	9	161.106	166.637	-	-	-	4.237	4.237	4.237	4.237
Total do ativo não circulante		<u>214.319</u>	<u>215.782</u>	<u>105.886</u>	<u>105.686</u>		<u>4.732</u>	<u>4.017</u>	<u>4.732</u>	<u>4.017</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>226.104</u>	<u>226.946</u>	<u>111.885</u>	<u>112.204</u>		<u>226.104</u>	<u>226.946</u>	<u>111.885</u>	<u>112.204</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social		-	-	-	-		-	-	-	-
Reserva de capital		-	-	-	-		-	-	-	-
Reservas de lucros		-	-	-	-		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		-	-	-	-		-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>226.104</u>	<u>226.946</u>	<u>111.885</u>	<u>112.204</u>		<u>226.104</u>	<u>226.946</u>	<u>111.885</u>	<u>112.204</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA LÍQUIDA	16	35.318	25.508	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciações	9, 17	(5.528)	(5.584)	-	-
Custo de operação		(17.952)	(9.834)	(1.260)	(1.036)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(694)	(457)	-	-
Total	17	(24.174)	(15.875)	(1.260)	(1.036)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		11.144	9.633	(1.260)	(1.036)
DESPESAS					
Gerais e administrativas		(1.721)	(2.237)	(173)	(164)
Depreciações e amortizações	9, 17	-	(3)	-	-
Outras despesas		-	(60)	-	(1)
Total	17	(1.721)	(2.300)	(173)	(165)
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	4.015	2.884
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		9.423	7.333	2.582	1.683
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		5.236	5.282	29	109
Despesas financeiras		(9.210)	(8.360)	-	-
Total	18	(3.974)	(3.078)	29	109
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		5.449	4.255	2.611	1.792
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.875)	(2.529)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	7	37	66	-	-
Total	19	(2.838)	(2.463)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.611	1.792	2.611	1.792
Lucro por ação básico e diluído (expressos em reais- R\$)				0,51	0,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	2.611	1.792	2.611	1.792
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	2.611	1.792	2.611	1.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
				Reserva legal	Lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	15.1	101.955	4.237	2.651	1.921	-	110.764
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.792	1.792
Constituição de reserva legal	15.2 a	-	-	90	-	(90)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.2 b	-	-	-	-	(426)	(426)
Dividendos pagos	15.2 d	-	-	-	(1.921)	-	(1.921)
Constituição de reserva de lucros	15.2 c	-	-	-	1.276	(1.276)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	15.1	101.955	4.237	2.741	1.276	-	110.209
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.611	2.611
Constituição de reserva legal	15.2 a	-	-	131	-	(131)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.2 b	-	-	-	-	(620)	(620)
Dividendos pagos	15.2 d	-	-	-	(1.276)	-	(1.276)
Constituição de reserva de lucros	15.2 c	-	-	-	1.860	(1.860)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		101.955	4.237	2.872	1.860	-	110.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		2.611	1.792	2.611	1.792
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação	9, 17	5.528	5.587	-	-
Encargos sobre mútuo (líquido)	14, 18	(2.385)	(402)	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	9	3	12	-	-
Juros sobre financiamentos	11.1, 18	6.898	7.401	-	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	18	(2.852)	(4.880)	(30)	(109)
Atualização e provisão líquida Eletrobras	12.1	7.439	10.724	-	-
Impostos diferidos	7.1	(80)	(145)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	(4.015)	(2.884)
Provisão para custos socioambientais	13	1.014	-	-	-
Aumento (redução) nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(1.347)	1.930	-	-
Impostos a recuperar		283	(255)	(5)	(27)
Despesas antecipadas		(200)	212	-	-
Adiantamentos a fornecedores		5	60	-	4
Cauções e depósitos vinculados		858	-	-	-
Outros créditos		-	10	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		857	1.482	269	(88)
Impostos a recolher		799	1.849	65	(22)
Contas a pagar Eletrobras	12.1	(2.814)	(11.230)	-	-
Outras contas a pagar		193	(35)	-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.379)	(1.170)	-	-
Pagamentos de juros sobre financiamentos	11.1	(6.921)	(7.401)	-	-
Dividendos recebidos	8.1	-	-	4.000	1.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>8.510</u>	<u>5.541</u>	<u>2.895</u>	<u>(334)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		7.012	18.458	370	(231)
Aquisição de imobilizado em serviço	9	-	(84)	-	-
Partes relacionadas		391	(32.431)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>7.403</u>	<u>(14.057)</u>	<u>370</u>	<u>(231)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos pagos	15.2	(3.264)	(1.000)	(3.264)	(1.000)
Pagamentos de financiamentos	11.1	(6.275)	(5.873)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(9.539)</u>	<u>(6.873)</u>	<u>(3.264)</u>	<u>(1.000)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>6.374</u>	<u>(15.389)</u>	<u>1</u>	<u>(1.565)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	708	16.097	31	1.596
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	7.082	708	32	31
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>6.374</u>	<u>(15.389)</u>	<u>1</u>	<u>(1.565)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Enerbras Centrais Elétricas S.A. ("Enerbras" ou "Controladora") foi constituída em 9 de fevereiro de 2001, na forma de Sociedade Limitada e transformada em 10 de maio de 2006 em sociedade por ações de capital fechado, tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A., ("Espra" ou "Controlada"), sociedade por ações com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia.

A Espra é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidroelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidroelétricas): (i) Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8 MW*; (ii) Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW*; e (iii) Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW*; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente; nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu.

(*). Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrados com a ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da Espra é de 30 anos a partir de 24 de dezembro de 2003, podendo ser prorrogado por igual período.

PCH	Valor total do contrato R\$ mil	Montante autorizado a ser vendido MWh	Preço MWh		Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
			Contratual R\$	Atualizado R\$	Inicial	Final		
Cachoeira da Lixa	168.009	65.174	121,35	251,44	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	149.297	57.903	121,35	251,44	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	213.370	41.084	121,35	251,44	jul/08	jun/28	IGP-M	junho

Em 31 de dezembro de 2016, os passivos circulantes consolidados da Companhia excederam o total dos ativos circulantes consolidados no montante de R\$25.401 (2015, R\$20.914). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes consolidados refere-se às obrigações decorrentes de sua operação como também às provisões pela geração abaixo da energia contratada, enquanto os ativos circulantes consolidados demonstram basicamente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo contrato de compra e venda de energia seja em montante suficiente para liquidar suas obrigações.

1.1. Repactuação do risco hidrológico

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, o governo sancionou a Lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015, que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. A Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico, em 15 de janeiro de 2016, referente às PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao

Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 10,51 R\$/MWh (data-base de janeiro de 2016 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. O registro de tais efeitos está demonstrado na nota explicativa 12.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 12 de maio de 2017.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem análise das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota explicativa 20.

b) Provisão para custos socioambientais

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras consolidadas provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários

para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 13.

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.5.1. Instrumentos financeiros (nota explicativa 20)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou sua controlada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia e sua controlada.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia possui classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa 4).

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. A Companhia possui classificado nesta categoria para 31 de dezembro de 2016 as Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa 6).

c) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A

Companhia possui classificado nesta categoria para 31 de dezembro de 2016 contas a receber de clientes (nota explicativa 5).

d) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem:

- Fornecedores (nota explicativa 10);
- Financiamentos (nota explicativa 11); e
- Contas a pagar Eletrobras (nota explicativa 12).

e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.5.2. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Depreciação

Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A depreciação é calculada sobre o saldo de imobilizações em serviço mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil do bem.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL. As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na nota explicativa 9.

2.5.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e sua controlada revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.5.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia ou sua controlada possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.5.5. Resultados e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.5.6. Imposto de renda e contribuição social

Para a Companhia, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Conforme facultado pela legislação tributária, sua controlada optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

2.5.7. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

No exercício de 2016, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2017 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia e sua controlada.

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras da controlada Espra mencionada na nota explicativa 1.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada; e,
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

Os critérios contábeis adotados na apuração foram aplicados uniformemente entre a Controladora e a Controlada. Os critérios de consolidação integral foram aplicados, conforme o quadro a seguir:

Companhia	Consolidação	% Participação	
		31/12/2016	31/12/2015
Energética Serra da Prata S.A.	Integral	99,99	99,99

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	1.033	708	28	31
Aplicações financeiras	6.049	7.012	4	340
Total	7.082	7.720	32	371
Apresentados como:				
Caixa e equivalentes de caixa	7.082	708	32	31
Aplicações financeiras	-	7.012	-	340
Total	7.082	7.720	32	371

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados às taxas que variam de 82% até 98% do CDI – Certificado de depósito interbancário.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

	31/12/2016	31/12/2015
Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras S/A	4.161	2.814

Os saldos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

6. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Não circulante	<u>16.608</u>	<u>14.614</u>

Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira em fundo de renda fixa denominada de "fundo de liquidez em conta reserva" junto ao Banco do Nordeste S.A., cujo objetivo é garantir o financiamento obtido para a construção das PCHs. Esta aplicação não poderá ser movimentada até o prazo final do financiamento que ocorrerá em 2026. Esta aplicação é remunerada pelo CDI alcançando 97% da sua variação.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS diferido	169	162
COFINS diferida	781	745
IRPJ diferido	621	572
CSLL diferida	182	194
Total	<u>1.753</u>	<u>1.673</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função da diferença na receita entre a energia gerada e a efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

7.1. Movimentação dos impostos diferidos

	<u>IRPJ/CSLL</u>	<u>PIS/COFINS</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	700	828	1.528
Movimentação líquida	<u>66</u>	<u>79</u>	<u>145</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	766	907	1.673
Movimentação líquida	<u>37</u>	<u>43</u>	<u>80</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>803</u>	<u>950</u>	<u>1.753</u>

8. INVESTIMENTO

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Dividendos</u> <u>propostos</u>	<u>Equivalência</u> <u>patrimonial</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Dividendos</u> <u>propostos</u>	<u>Equivalência</u> <u>patrimonial</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
Espra	<u>105.542</u>	<u>(2.740)</u>	<u>2.884</u>	<u>105.686</u>	<u>(3.815)</u>	<u>4.015</u>	<u>105.886</u>

8.1 Movimentação de dividendos a receber

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.313
Dividendos propostos	2.740
Dividendos recebidos	<u>(1.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.053
Dividendos propostos	3.815
Dividendos recebidos	<u>(4.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>5.868</u>

9. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxa de depreciação anual	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Imobilizado em serviço								
Custo								
Geração								
Terrenos		595	-	-	595	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	-	-	95.797	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	-	-	46.336	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	3%	65.005	32	-	65.037	-	-	65.037
Móveis e utensílios	10%	119	26	-	145	-	(3)	142
Equipamentos de informática	16%	247	-	-	247	-	-	247
Outros	14%	10	5	-	15	-	-	15
Administração								
Móveis e utensílios	10%	40	-	(40)	-	-	-	-
Equipamentos de informática	16%	18	-	-	18	-	-	18
		<u>208.167</u>	<u>63</u>	<u>(40)</u>	<u>208.190</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>208.187</u>
Estoques								
Almoxarifado geral		-	21	-	21	-	-	21
Total		<u>208.167</u>	<u>84</u>	<u>(40)</u>	<u>208.211</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>208.208</u>
(-) Depreciação								
Geração								
Reservatórios, barragens e adutoras		(14.474)	(2.200)	-	(16.674)	(2.206)	-	(18.880)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(8.101)	(1.289)	-	(9.390)	(1.263)	-	(10.653)
Máquinas e equipamentos		(13.104)	(2.045)	-	(15.149)	(2.044)	-	(17.193)
Móveis e utensílios		(74)	(20)	-	(94)	(12)	-	(106)
Equipamentos de informática		(212)	(27)	-	(239)	(2)	-	(241)
Outros		(7)	(3)	-	(10)	(1)	-	(11)
Administração								
Móveis e utensílios		(25)	(3)	28	-	-	-	-
Equipamentos de informática		(18)	-	-	(18)	-	-	(18)
Total		<u>(36.015)</u>	<u>(5.587)</u>	<u>28</u>	<u>(41.574)</u>	<u>(5.528)</u>	<u>-</u>	<u>(47.102)</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>172.152</u>	<u>(5.503)</u>	<u>(12)</u>	<u>166.637</u>	<u>(5.528)</u>	<u>(3)</u>	<u>161.106</u>

As imobilizações em serviço estão divididas em dois grupos:

a) Geração - Composto basicamente de ativos do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata, pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

b) Administração - Composto pelos ativos utilizados no escritório da administração da Enerbras.

A ANEEL, através do ofício 459/2001- SFF/ANEEL, de 26 de junho de 2001, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do financiamento.

A depreciação dos ativos do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata foi calculada de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, que altera as tabelas I a XIV do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

10. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	<u>3.108</u>	<u>2.251</u>	<u>273</u>	<u>4</u>

Os fornecedores são formados principalmente por valores gastos com manutenção e custos de operação.

11. FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante	6.470	6.103
Não-Circulante	77.994	84.659
Total	<u>84.464</u>	<u>90.762</u>

A controlada, com interveniência da Companhia, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. Os financiamentos possuem taxas de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. O montante contratado foi totalmente liberado.

Nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos. O contrato não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata, o penhor de ações, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva (nota explicativa 6).

11.1 Movimentação:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	90.762	96.635
Encargos financeiros provisionados	6.898	7.401
Encargos financeiros pagos	(6.921)	(7.401)
Amortização de financiamento	(6.275)	(5.873)
Saldo final	<u>84.464</u>	<u>90.762</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Valor</u>
2018	7.305
2019	7.548
2020	8.022
2021	8.523
2022	9.054
2023 a 2026	<u>37.542</u>
Total	<u>77.994</u>

12. CONTAS A PAGAR ELETROBRAS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Eletrobras	<u>25.293</u>	<u>20.668</u>

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a Controlada e a Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme nota explicativa 1.1, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 15 de janeiro de 2016, com o efeito iniciando em 1º de janeiro de 2015 conforme previsto na referida lei. Os efeitos da repactuação no resultado do exercício estão demonstrados a seguir, os quais tiveram como contrapartida o Contas a Pagar Eletrobras.

Aumento da receita líquida	R\$7.003
Aumento do custo (nota explicativa 17)	(R\$2.484)
Efeito líquido	R\$4.519

12.1. Movimentação:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Provisão</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2016</u>
ELETROBRAS	<u>21.174</u>	<u>10.724</u>	<u>(11.230)</u>	<u>20.668</u>	<u>5.301</u>	<u>2.138</u>	<u>(2.814)</u>	<u>25.293</u>

13. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2016</u>
Provisão para custos socioambientais	<u>1.014</u>

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras consolidadas provisão para compensação ambiental baseado em norma vigente e em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com essa exigência perante aos órgãos reguladores.

14. PARTES RELACIONADAS (CONSOLIDADO)

	<u>Ativo</u>		<u>Resultado financeiro</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Mútuo				
Renova Energia S.A.	<u>34.827</u>	<u>32.833</u>	<u>2.385</u>	<u>402</u>

Os principais saldos de ativos consolidados em 31 de dezembro de 2016 assim como as transações que afetaram o resultado do exercício de 2016 e 2015 são relativos a operações com partes relacionadas decorrentes de transações da controlada Espra com a Renova Energia S.A., sujeitas a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

A Renova Energia S.A. é o único acionista da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é de R\$101.955 e está representado por 5.170.101 ações, sendo 4.337.536 ações ordinária, 3 (três) ações preferenciais de classe "A"; 832.562 ações preferenciais de classe "B", todas nominativas e sem valor nominal.

15.2. Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

b) Uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas conforme abaixo especificado:

As ações preferenciais de classe "B" e as ações preferenciais de classe "A" farão jus exclusivamente a dividendo fixo, cumulativo, anual de R\$ 0,01 (um centavo) por lote de 1.000 (um mil) ações e terão prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, sem prêmio.

Em 2016 foi calculado dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$620 conforme apresentados a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	2.611	1.792
Reserva legal constituída	<u>(131)</u>	<u>(90)</u>
Base de calculo para dividendos	2.480	1.882
Percentual legal de dividendos minimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos minimos obrigatórios	620	470
Dividendos minimos obrigatórios por ação	<u>0,120</u>	<u>0,091</u>

Do saldo restante da conta de lucros acumulados no valor de R\$1.860 (2015, R\$1.276) foi constituída reserva de lucros retidos até a deliberação dos acionistas.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos a pagar (controladora e consolidado):

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	641
Dividendos propostos	2.347
Dividendos pagos	<u>(1.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.988
Dividendos propostos	1.896
Dividendos pagos	<u>(3.264)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>620</u>

c) Conforme ata de Assembleia Geral Ordinária emitida em 30 de abril de 2016, os acionistas deliberaram pela distribuição dos dividendos adicionais de R\$1.276 (2015, R\$1.921).

16. RECEITA LÍQUIDA (CONSOLIDADO)

	31/12/2016		31/12/2015	
	MWh*	Valor	MWh*	Valor
Geração/disponibilização energia				
Suprimento de energia elétrica	57.068	36.611	164.612	26.372
(-) Impostos sobre receita (PIS/COFINS)		(1.293)		(864)
Total		35.318		25.508

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

17. CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Tusd ⁽¹⁾	(648)	-	(648)	(407)	-	(407)
Taxa de fiscalização	(46)	-	(46)	(50)	-	(50)
	<u>(694)</u>	<u>-</u>	<u>(694)</u>	<u>(457)</u>	<u>-</u>	<u>(457)</u>
Serviços de terceiros	(13.121)	(569)	(13.690)	(8.752)	(569)	(9.321)
Aluguéis e arrendamentos	(1.271)	(20)	(1.291)	(1.051)	(2)	(1.053)
Depreciação	(5.528)	-	(5.528)	(5.584)	(3)	(5.587)
Repactuação do risco hidrológico	(2.484)	-	(2.484)	-	-	-
Pessoal e administradores	-	(455)	(455)	-	-	-
Material de uso e consumo	(542)	(24)	(566)	(31)	(17)	(48)
Seguros	(534)	-	(534)	-	(277)	(277)
Impostos e taxas	-	-	-	-	(1.195)	(1.195)
Outras	-	(653)	(653)	-	(237)	(237)
	<u>(23.480)</u>	<u>(1.721)</u>	<u>(25.201)</u>	<u>(15.418)</u>	<u>(2.300)</u>	<u>(17.718)</u>
Total	<u>(24.174)</u>	<u>(1.721)</u>	<u>(25.895)</u>	<u>(15.875)</u>	<u>(2.300)</u>	<u>(18.175)</u>

(1) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição.

	Controladora					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Serviços de terceiros	-	(168)	(168)	-	(165)	(165)
Aluguéis e arrendamentos	(1.260)	-	(1.260)	(1.036)	-	(1.036)
Outras	-	(5)	(5)	-	-	-
Total	<u>(1.260)</u>	<u>(173)</u>	<u>(1.433)</u>	<u>(1.036)</u>	<u>(165)</u>	<u>(1.201)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	2.852	4.880	30	109
Juros recebidos - mútuo	2.385	402	-	-
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira	(1)	-	(1)	-
Total das receitas financeiras	<u>5.236</u>	<u>5.282</u>	<u>29</u>	<u>109</u>
Despesas financeiras				
Juros de financiamento	(6.898)	(7.401)	-	-
Juros	(152)	-	-	-
IOF	(28)	(63)	-	-
Outras	(2.132)	(896)	-	-
Total das despesas financeiras	<u>(9.210)</u>	<u>(8.360)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado financeiro	<u>(3.974)</u>	<u>(3.078)</u>	<u>29</u>	<u>109</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.449	4.255	2.611	1.792
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.853)	(1.447)	(888)	(609)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	1.365	981
Efeito da controlada optantes pelo lucro presumido	(508)	(644)	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre: Prejuízo fiscal e base negativa	(477)	(372)	(477)	(372)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(2.838)</u>	<u>(2.463)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de sua controlada.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de

realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas e fornecedores.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
Circulante				
Aplicações financeiras	-	7.082	-	7.082
Contas a receber de clientes	4.161	2.814	4.161	2.814
Não circulante				
Partes relacionadas	34.827	32.833	34.827	32.833
Cauções e depósitos vinculados	16.608	14.614	16.608	14.614
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	3.108	2.251	3.108	2.251
Financiamentos	6.470	6.103	6.470	6.103
Não circulante				
Financiamentos	77.994	84.659	77.994	84.659

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2016			31/12/2015			
	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Circulante							
Aplicações financeiras	-	-	-	-	7.082	-	7.082
Contas a receber de clientes	4.161	-	4.161	2.814	-	-	2.814
Não circulante							
Partes relacionadas	34.827	-	34.827	32.833	-	-	32.833
Cauções e depósitos vinculados	16.608	-	16.608	14.614	-	-	14.614
Passivos Financeiros							
Circulante							
Fornecedores	-	3.108	3.108	-	-	2.251	2.251
Financiamentos	-	6.470	6.470	-	-	6.103	6.103
Não circulante							
Financiamentos	-	77.994	77.994	-	-	84.659	84.659

c) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento possui contraparte o BNB. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía um risco de mercado associado a Taxa pré-fixada.

d) Risco de liquidez (consolidado)

O risco de liquidez evidencia a capacidade Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Em 31 de dezembro de 2016, os passivos circulantes consolidados da Companhia excederam o total dos ativos circulantes consolidados no montante de R\$25.401 (2015, R\$20.914). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes consolidados refere-se às obrigações decorrentes de sua operação como também às provisões pela geração abaixo da energia contratada, enquanto os ativos

circulantes consolidados demonstram basicamente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo contrato de compra e venda de energia seja em montante suficiente para liquidar suas obrigações

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo.

<u>Instrumentos a taxa de juros</u>	<u>De 1 mês a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 ano a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Financiamentos	<u>3.313</u>	<u>9.945</u>	<u>51.608</u>	<u>55.771</u>	<u>120.637</u>

e) Risco de crédito (consolidado)

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

Ativos financeiros Circulante	Nota	Valor contábil	
		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contas a receber de clientes	5	4.161	2.814

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações em caráter especulativo. A Companhia e sua controlada gerenciam seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia e sua controlada não fazem uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e sua controlada não efetuaram aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia e sua controlada somente realizam operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de rating, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

f) Gestão de capital (consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Dívida de financiamentos	84.464	90.762
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(7.082)	(7.720)
Dívida líquida	77.382	83.042
Patrimônio líquido	110.924	110.209
Índice de alavancagem financeira - %	70%	75%

Os objetivos da Companhia e de sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

g) Risco da escassez hidrológica

A controlada Espra gera energia por meio de usinas hidrelétricas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita. No entanto, a Administração estabelece contratos de seguro para mitigar parte deste risco.

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e sua controlada mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros:

Objeto de garantia	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Riscos operacionais	R\$ 209.569	25/10/2016	25/10/2017	ESPRA
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2017	ESPRA